

Senado analisa marco fiscal hoje e FCDF deve sair do texto

CONGRESSO / Relatório do senador Omar Aziz — que prometeu retirar do teto de gastos o Fundeb e o Fundo Constitucional do DF — será votado, hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos. Texto seguirá para apreciação dos parlamentares nesta quarta-feira

Arcabouço fiscal deve ir a plenário amanhã

» EDLA LULA

O governo passará por um novo teste de estresse, hoje, quando tem início a discussão, no Senado, do novo arcabouço fiscal. O relatório a ser apresentado nesta manhã pelo senador Omar Aziz (PSD-AM) deve trazer mudanças em relação ao texto enviado à Casa em maio, pela Câmara, o que implica retorno da matéria para nova apreciação dos deputados.

O governo, porém, tem pressa e teme que novas discussões atrasem ainda mais a implantação do marco fiscal, o que, na avaliação do Planoalto, impede que a economia brasileira deslanche.

O parecer será apreciado, primeiro, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a previsão é de que, até amanhã, siga para o plenário da Casa.

Antes da votação do relatório na CAE está agendada uma audiência pública para discutir as implicações resultantes da alteração feita na Câmara, que incluiu no limite de gastos as transferências para o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Tropa de choque

Na última quinta-feira, o governo mandou uma tropa de choque ao Senado para alertar sobre as consequências de possíveis alterações, caso o processo de votação se prolongasse na Câmara. Os ministros Fernando Haddad, da Fazenda; Simone Tebet, do Planejamento; e Alexandre Padilha, das Relações Institucionais, foram os porta-vozes. Eles contaram, ainda, com os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e do Congresso, Raulo Rodrigues (sem partido-AP).

Ao deixar o encontro, Haddad frisou que o governo acatará qualquer que seja o parecer do relator, mas salientou que "com qualquer mudança, (o texto) volta para a Câmara dos Deputados, o que significa dizer que é bom que haja um entendimento prévio para não haver surpresas".

Além da retirada dos dois fundos do texto, o relator estuda modificar o dispositivo que trata da correção do aumento de despesas na Lei Orçamentária, outra alteração promovida no substitutivo aprovado na Câmara. A proposta original dizia que o limite de gastos seria corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado de janeiro a junho. De julho a dezembro, seria considerada a estimativa do IPCA para o período.

O relator na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), passou a considerar o IPCA efetivo entre julho de dois anos antes e junho do ano anterior do orçamento.

Estudos feitos tanto no Ministério do Planejamento quanto pelo Instituto Fiscal Independente (IFI), do Senado, apontaram que a inflação estimada para junho de 2023 deve ser 1,9 ponto percentual inferior à previsão para dezembro. Com isso, o governo terá de cortar até R\$ 40 bilhões na previsão de despesas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2024.

Uma alternativa sugerida pelo IFI, que pode estar no parecer do relator, é a utilização do período que vai de dezembro do ano anterior ao PLOA a novembro do mesmo ano.

Segundo Aziz, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), com quem é preciso negociar a nova tramitação na Casa, não é simpático a mudanças no artigo que trata do IPCA. Por isso, o mais provável é que a redação permaneça.

» LEIA MAIS sobre o Fundo Constitucional do DF na página 13

Gemini Magliozzi/Agência Senado



A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado terá início após uma audiência pública que discutirá o projeto

CPMI ouve ex-diretor-geral da PRF

» RAPHAEL FELICE

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos golpistas inicia a jornada de depoimentos, hoje, com o ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques. O requerimento de convite ao ex-policial foi protocolado pela relatora do colegiado, Eliziane Gama (PSD-MA). Ela quer explicações sobre as blitzes ocorridas em rodovias federais em 30 de outubro, data do segundo turno das eleições. Na ocasião, a PRF fez intensas operações, sobretudo na Região Nordeste, que concentra a maior parte dos eleitores do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva. Em vídeos, eleitores do petista

afirmavam que agentes da PRF pararam carros e ônibus que faziam referência ao candidato. À época, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, determinou que Vasques encerrasse as blitzes.

Vasques é alvo de uma ação do Ministério Público Federal (MPF) sobre as blitzes e é réu na Justiça Federal do Rio de Janeiro por improbidade administrativa, por pedir votos para o então presidente Jair Bolsonaro, candidato à reeleição, enquanto chefiava a PRF. O objetivo da CPMI ao ouvi-lo é investigar atos antidemocráticos que possam ter relação prévia com o 8 de janeiro.

Além do depoimento, o caso envolvendo o senador Marcos do Val (Podemos-ES), integrante da

comissão, deve ser um dos principais focos de discussão. Na última quinta-feira, o parlamentar foi alvo de operações de busca e apreensão da Polícia Federal em seu gabinete, no Senado, e nas residências em Brasília e Vitória. Ele é investigado por cinco crimes, entre os quais, o de golpe de Estado e de divulgação de documentos sigilosos — ambos relacionados aos atos golpistas.

"Acho que é muito temerária a continuidade do Marcos do Val na CPMI. Tem contra ele a investigação e isso cria uma instabilidade muito grande. Vários coletivos apresentaram questões de ordem nesse sentido", disse Eliziane, em entrevista ao *Correio* publicada no domingo.

O quarto dia de CPMI deve,

também, ter votação de requerimentos, entre eles, a convocação do coronel Jean Lawand Júnior, que trocou mensagens de cunho golpista com o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid. Dados do celular de Cid mostram conversas com Lawand, indicando suposta preparação de um golpe de Estado após a derrota de Bolsonaro para Lula nas urnas.

A comissão também votará um novo requerimento para receber o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) de Lula, general Gonçalves Dias. Na semana passada, o colegiado rejeitou pedido para ouvi-lo. Porém, o senador Sérgio Moro (União-PR) protocolou um novo requerimento nesse sentido.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política **Página:** 2